



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 156 /10 – CCJ

Institui o Sistema de Diagnóstico da Situação da Mulher e o Índice de Qualidade de Vida da Mulher no Município de Porto Alegre, determina que o Executivo Municipal organize prestação de contas públicas da evolução dos indicadores relativos à mulher e dá outras providências.

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Toni Proença.

O Parecer Prévio exarado pela Procuradoria da Casa, fl. 9, declara que, segundo a Constituição Federal de 1988, art. 23, X, e 30, I, e a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, art. 9º, II e III, é da competência dos Municípios auto-organizarem-se, prestar seus serviços e legislar sobre matérias de interesse local, bem como prover tudo o que concerne ao interesse local.

Desta forma, entendeu a Procuradoria que, nos aspectos acima informados, inexistiu óbice à tramitação do Projeto em comento.

Contudo, por outro lado, entendeu que os conteúdos normativos dos arts. 8º, 12 e 13 do Projeto, consubstanciam-se em imposição de obrigações ao chefe do Poder Executivo, atraindo, desta forma, violação ao princípio da independência dos Poderes.

Nosso entendimento, porém, é contrário ao da Procuradoria, tendo em vista a relevância da matéria em exame.

O proponente deixou claro em sua exposição fática, a dimensão dos benefícios advindos do Projeto, tais como: exato dimensionamento da população feminina, de seus problemas, necessidades, anseios, riquezas, forças e fraquezas, informações socioeconômicas a respeito das mulheres, informativos de saúde, de educação, de promoção social, de proteção e defesa da mulher, informativos de controle, informes de metodologia, além de outros que possam delinear como vivem atualmente as mulheres.



PARECER Nº 156 /10 – CCJ

Traga-se, para embasar nossa tese, o exemplo da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo:

Políticas públicas e igualdade de gênero
S241p São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004
188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8)
SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO
Políticas públicas e
igualdade de gênero
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER
ORGANIZADORAS
Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira
Coordenadoria Especial da Mulher – SGM
Prefeitura do Município de São Paulo
Imagem do acervo do Projeto Portinari. Reprodução autorizada por João Cândido Portinari.
Diagramação
Angela Mendes

A ampliação da cidadania das mulheres resultou, dentre outras conquistas, numa pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos.

Em decorrência disso, esse esforço prático e político, do exercício da cidadania das mulheres nas nossas cidades, exige uma reflexão e um debate entre gestores de políticas públicas, pesquisadores, ativistas sociais, não só quanto ao direito a uma cidade para todas e todos, mas também no repensar das implicações dessa tarefa no desenho de políticas públicas que levem em conta a contribuição das mulheres.

A Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo não descuidou desse lado do debate e da reflexão, como momento de criação de uma cultura política renovada, em diálogo constante com diferentes atores urbanos, cuja finalidade é a democratização das relações cotidianas no espaço vivido.

Enfrentar preconceitos, estereótipos, buscar uma cidadania ativa para todas e todos, não se faz sem repensar experiências, questionar práticas na política, na gestão pública e na vida social.



PARECER Nº 156 /10 – CCJ

A todas e todos que contribuíram para as reflexões desafiadoras e instigantes desveladas nos artigos desta publicação, cujo eixo são políticas públicas de gênero, agradecemos a colaboração e estejam certos de que semearam idéias e interrogaram práticas políticas que frutificarão futuras trajetórias.

Marta Suplicy
Prefeita
Apresentação

Introdução

Uma das tarefas que nos colocamos nos quatro anos de trabalho frente à Coordenadoria Especial da Mulher do Município de São Paulo foi refletir sobre os desafios da elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres e compartilhar esta reflexão com outras gestoras de políticas públicas, pesquisadoras e ativistas do movimento de mulheres.

Buscamos pensar sobre aspectos importantes da implementação de políticas públicas, tendo em vista a emergência deste novo sujeito: as mulheres. Assim, durante os quatro anos foram realizadas atividades conjuntas, envolvendo Secretarias e Coordenadorias da Mulher de vários municípios no país e de alguns estados, concretizando momentos importantes de debate e troca de opiniões acerca da construção de um projeto na esfera executiva. Esses momentos se desenvolveram, de forma mais sistemática, com a organização dos encontros de Secretarias e Coordenadorias da Mulher, promovidos pela Coordenadoria Especial da Mulher nas diversas edições da URBIS, Feira e Congresso Internacional de Cidades, realizadas por iniciativa da Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Assim, a maior parte dos textos aqui apresentados são originários destes debates, que lidam diretamente com a temática do Estado, das contradições e dos desafios da gestão nesta área.

Uma outra vertente é relativa à discussão de caráter mais conceitual sobre relações de gênero e os enfoques da elaboração feminista, contemplando as diversas faces da opressão das mulheres que fundamentam as relações sociais. Esta publicação reúne parte da elaboração oriunda das discussões organizadas pela Coordenadoria Especial da Mulher neste âmbito mais geral, em particular o Seminário Gênero e Feminismo: desvelando trajetórias, realizado por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em março de 2003. Os aspectos mais temáticos, como educação e trabalho, foram publicados em outros cadernos da Coordenadoria.



PARECER Nº 156 /10 – CCJ

Um marco geral do debate no campo da construção da igualdade entre mulheres e homens, certamente presidiu as preocupações que alinhavaram o trabalho da Coordenadoria nestes quatro anos. Em grande medida, esta perspectiva está refletida no material que ora publicamos, a partir de pontos de vista diferentes, sem uma avaliação única dos caminhos e descaminhos de um conceito de referência como o de igualdade.

Um segundo enfoque recorrente é a preocupação com a fragmentação das políticas públicas, tendência presente no interior do Estado capitalista atual, voltado cada vez mais ao fortalecimento de uma política privatista, sob uma ótica de segmentação dos sujeitos sociais e de redução do papel do Estado. O crescente investimento em políticas focalizadas, que através de diversas roupagens, prioriza um eixo de políticas públicas apoiado na família e nas mulheres para reduzir os efeitos do desgaste do tecido social resultante da desigualdade cada vez mais aguda na sociedade brasileira, é outra abordagem observada em diversos dos textos.

Um terceiro ponto também destacado é a construção dos instrumentos de políticas públicas no Executivo, para o desenvolvimento das políticas dirigidas às mulheres.

Os três primeiros textos lidam com aspectos mais estruturais que embasam a busca de uma perspectiva de igualdade. Alicia Puleo, a partir da filosofia, apresenta um debate vivo sobre a exclusão das mulheres dos sistemas de pensamento. Heleieth Safiotti discute a questão essencial do entrelaçamento das relações de gênero, raça e etnia e classe social, nas relações sociais dominantes; e Helena Hirata retoma, em suas anotações de pesquisa, a reflexão sobre o trabalho doméstico, as contradições do seu desenvolvimento e da sua permanência frente à construção da autonomia das mulheres.

Em seguida, abrimos um grande bloco de debate específico de políticas públicas de gênero. Em primeiro lugar, um texto em que procuro remeter ao projeto de criação das Coordenadorias e retomar em grandes linhas as diretrizes e eixos de ação implementados pela Coordenadoria Especial da Mulher. Em seguida, Maria Lúcia da Silveira aponta os impasses da construção da igualdade nos marcos do estado capitalista neoliberal. Virgínia Ferreira amplia nossos horizontes analisando a assimilação do discurso e de aspectos de uma política de gênero pelo Estado a partir da experiência europeia e, mais especificamente, portuguesa. Apresenta a facilidade de sua absorção no debate internacional e as contradições de sua aplicação efetiva, tema presente em outros textos desta coletânea.



PARECER Nº 156 /10 – CCJ

Sonia Alvarez dialoga de forma bastante rica sobre o histórico da implantação de uma visão de políticas de gênero nos governos democrático-populares, apontando debilidades e desafios. Vera Soares discorre sobre as diversas nuances da elaboração de tais políticas, retomando as diretrizes de políticas públicas pautadas na construção da autonomia das mulheres, tema já mencionado em outros textos desta publicação.

Com pontos de partida diferenciados, Bila Sorj e Cássia Carloto recuperam o debate da relação entre as políticas sociais e a crescente relação da família como eixo estruturador das políticas. Bila Sorj realiza uma análise sob a perspectiva das relações de trabalho e família, especialmente acerca das políticas de reconhecimento e redistributivas. Cássia Carloto, por sua vez, enfatiza as contradições e uma linha de tensão entre o reforço da dominação e uma possível alteração dos papéis da mulher na família. O trabalho de Marta Farah retoma o histórico da construção de políticas públicas de gênero no Brasil no final dos anos 80 e 90, apontando exemplos originários do concurso da Fundação Getúlio Vargas.

Sylvia Walby avalia o conceito de cidadania como tradicionalmente debatido nas ciências sociais e a necessidade de sua reconceituação, a partir das transformações de gênero, mencionando dilemas que emergem da relação de setores do movimento de mulheres com os organismos internacionais. E, por fim, Mary Castro, em texto de 1996, aprofunda estas questões do movimento de mulheres, tendo como ponto de partida a generalização da forma de organização em ONGs, em um momento de forte fragmentação dos movimentos, quando ainda não se apontavam perspectivas de retomada das lutas de caráter mais global e de outra natureza, tais como o Fórum Social Mundial, a Marcha Mundial de Mulheres e as mobilizações contra a globalização. Terminamos esta publicação com a legislação de criação da Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo, a título de colaboração aos municípios que buscam seus caminhos na elaboração e construção de políticas de gênero.

Obviamente ainda há muito a se pensar, elaborar e debater sobre as políticas públicas de gênero. A introdução da perspectiva das mulheres como um sujeito e como categoria de gênero no âmbito das políticas públicas não tem sido um processo fácil. Há que se reconhecer que, em larga escala, as experiências ainda são incipientes. O que torna ainda mais necessário o debate e a avaliação crítica das experiências existentes no sentido de reforçar a construção de tais políticas.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para a realização destes debates e, em particular, às autoras, aqui representadas.



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0896/10
PLL Nº 036/10
Fl. 6

PARECER Nº 156 /10 – CCJ

Agradecemos também à Secretaria Municipal de Relações Internacionais, parceira destacada nos projetos por nós desenvolvidos. Um agradecimento especial à Fundação Friedrich Ebert (FES–Ildes) que, para além do apoio em diversas etapas do trabalho que resultou nesta publicação, acompanhou e compartilhou de maneira solidária o projeto da Coordenadoria Especial da Mulher durante toda a gestão.

São Paulo, dezembro de 2004.
Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira
Coordenadoria Especial da Mulher

Ademais, é importante lembrar que o Fórum Social Mundial de 2002, realizado nesta Capital, questionou a situação da mulher na tradição e na globalização, entre outras coisas, visando assim, a obtenção de políticas por parte do Município que tratem de efetuar um diagnóstico, exatamente nos termos do Projeto.

Desta forma, com fulcro nos argumentos acima expendidos, bem como com amparo na nossa Carta Magna e na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, entendemos que andou bem o vereador Toni Proença quando preocupou-se de maneira significativa com as questões femininas, que, de forma direta ou indireta, atingem a sociedade porto-alegrense como um todo.

Assim sendo, manifestamo-nos, s.m.j., pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 10 de junho de 2010.



**Vereador Pedro Ruas,
Presidente e Relator.**



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0896/10
PLL Nº 036/10
Fl. 7

PARECER Nº 156 /10 – CCJ

Aprovado pela Comissão em 29-6-10

Vereador Reginaldo Pujol – Vice-Presidente

Vereadora Maria Celeste

Vereador Bernardino Vendruscolo

Vereador Mauro Zacher

Vereador Luiz Braz

Vereador Waldir Canal